

Temperatura alta

Sempre que a temperatura política brasileira ultrapassa seus parâmetros normais de excitação e turbulência — ultimamente bem elevados —, as atenções se voltam para os quartéis. O que estarão pensando os militares, é o que, nessas ocasiões, perguntam os políticos mais cautelosos e experientes.

No presente momento, não faltam motivos para que a pergunta seja feita. Há a revisão, que não consegue acontecer; os aumentos de salário que Congresso e Judiciário se auto-concederam, em prejuízo do plano econômico; a sucessão presidencial, onde nenhum dos candidatos conseguiu ainda empolgar ou mesmo sensibilizar a opinião pública.

Como pano de fundo, a crise: econômica, política, social e moral. Nos quartéis, comandados por gente de classe média, que assiste novelas, vê telejornais e programas de televisão, frequenta clubes, lê revistas e jornais, o ambiente é o mesmo da sociedade de um modo geral: espanto e indignação. O impacto maior fica por conta do auto-aumento de salário dos congressistas e dos ministros do STF. Claro, o bolso é o ponto mais sensível da farda, tal como também ocorre com os paisanos de um modo geral.

A diferença está em que, como defensores da lei, da ordem e das instituições (artigo 142 da Constituição), os militares têm responsabilidades no processo político em curso. Suas críticas não são meros desabaços. Têm repercussões concretas junto aos políticos, acostumados, por condicionamento histórico, a ouvi-los e temê-los.

Por enquanto, não se ouve, entre militares com efetivo poder de decisão, nenhum tipo de ameaça ao regime democrático, nos moldes pré e pós-1964. Ao contrário, fala-se sempre, no processo evolutivo e cultural da

sociedade brasileira rumo à democracia. Elogia-se, por exemplo, o comportamento do Congresso na CPI do Orçamento. Mas critica-se quase tudo o mais. Comenta-se, antes de mais nada, a gigantesca insensibilidade dos parlamentares para os acontecimentos presentes.

Justo no momento em que o ministro da Fazenda esforça-se para convencer as centrais sindicais a não fazer greve geral por aumentos de salários, os parlamentares detonam o seu próprio reajuste. Idem, os ministros do STF. No caso do Congresso, há ainda outros agravantes. O aumento ocorre também em meio a sucessivas denúncias de crônico absentismo dos parlamentares. A revisão constitucional, por exemplo, corre o risco de não acontecer por falta de **quorum**.

O plano econômico enfrenta dificuldades mais políticas que operacionais. E o motivo é a sucessão presidencial. Entre apoiar o plano, que interessa a todo o País, e fulminar a candidatura presidencial do ministro da Fazenda, a tendência é pela segunda opção. Tudo isso produz reflexões junto à alta hierarquia militar a respeito da funcionalidade do regime democrático, nos moldes em que está erigido. Fala-se da anarquia pluripartidária, do sistema eleitoral inadequado e coisas do gênero.

Em resumo, não se condena a democracia, mas sustenta-se que, sem ajustes na sua funcionalidade, é difícil superar a crise e dar respostas concretas às demandas sociais do País. A revisão constitucional era a esperança disso se realizar em curto prazo. Sem ela e com o Congresso moralmente abalado, teme-se que isso não aconteça tão cedo. Aí, o temor é com a ordem pública e a segurança das instituições.